

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA
(UFPE)**

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA E SUA CONDIÇÃO ATUAL DE DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA A PARTIR DE MÚLTIPLAS ESCALAS DENTRO DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Cláudia Pinheiro Nascimento¹, Ana Paula Vidal Bastos²

¹Doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará.
nascimento.cp@gmail.com

²Doutora em Economia pela Universidade de Tsukuba, Institute of Policy and Planning Sciences, Professora
Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. pbastos@ufpa.br

Artigo recebido em 05/03/2013 e aceito em 21/12/2014

RESUMO

A região amazônica apresenta um caráter desigual de desenvolvimento frente às demais regiões brasileiras, associado, sobretudo, a forma como os diferentes elementos sociais, econômicos e políticos se organizaram ao longo do tempo. A compreensão do estágio atual de desenvolvimento da Amazônia só se faz possível a partir de uma análise histórica que inclua sua formação socioespacial dentro de uma leitura multiescalar. Para tal foram utilizadas como suporte de análise, as obras de Gunnar Myrdal e seu modelo de causalidade cumulativa, a escola Cepalina, com base nas obras de Raúl Prebisch e Celso Furtado e a obra de Albert Hirschman com seu modelo de efeitos em cadeia, além do papel das instituições na evolução da sociedade amazônica com base nas obras de Douglass North. O estágio atual de desenvolvimento da Amazônia reflete seu processo histórico de formação socioespacial, mantendo suas condições iniciais que lhe conferiam uma posição de exportadora de matéria prima, porém os atores envolvidos e a forma como os mesmos se arranjam na manutenção das instituições e ideologias continuam a dominar a região impedindo o desenvolvimento.

Palavras-Chave: Amazônia; Formação Socioespacial; Desenvolvimento.

THE AMAZON SOCIAL AND SPATIAL FORMATION AND ITS CURRENT CONDITION OF DEVELOPMENT: A READING FROM MULTIPLE SCALES WITHIN A HISTORICAL PERSPECTIVE

ABSTRACT

The Amazon region has an uneven character development against other Brazilian regions, associated, mainly how different elements like social, economic and political have been organized over time. Understanding the current stage of development of the Amazon only be possible from a historical analysis that includes their sociospatial formation within a multi-scale reading. To this analysis were used as support the works of Gunnar Myrdal and his model of cumulative causation, the ECLA school, based on the works of Raúl Prebisch and Celso Furtado and the works from Albert Hirschman with his model of chain effects, beyond the role of institutions in the evolution of Amazonian society based on the works of Douglass North. The current stage of development of the Amazon reflects its historical process of socio spatial formation, maintaining its initial conditions that gave him a position as an exporter of raw materials, but the actors involved and how they are arranged in the maintenance of the institutions and ideologies continue to dominate the region, preventing the development.

Keywords: Amazonia; Socio-Spatial Training; Development.

INTRODUÇÃO

A compreensão do atual estágio de desenvolvimento da região amazônica não consegue ser respondida somente a partir da análise de seus indicadores econômico, social e político atual. Seu entendimento encontra-se muito além destes elementos, requer uma análise histórica dentro da perspectiva de como ocorreu a sua formação socioespacial, a partir de múltiplas escalas, que permitirão compreender as forças atuantes em cada período específico e como o arranjo dos elementos econômicos, sociais e políticos contribuíram para a formação do caráter desigual da região.

Em face disso, este trabalho busca analisar as condicionantes do atual estágio de desenvolvimento da Amazônia, utilizando como suporte de análise, as obras de Gunnar Myrdal e seu modelo de causalidade cumulativa, a escola Cepalina, com base nas obras de Raúl Prebisch e Celso Furtado e a obra de Albert Hirschman com seu modelo de efeitos em cadeia, além do papel das instituições na evolução da sociedade amazônica com base nas obras de Douglass North.

O conceito de desenvolvimento apresentado no texto está relacionado não somente com a estrutura econômica¹ que a região apresenta mas inclui também os diferentes elementos que compõem sua estrutura social², hoje fruto do seu processo de formação socioeconômico e espacial.

A AMAZÔNIA EXTRATIVISTA E SEU PAPEL DE EXPORTADORA DE PRODUTOS PRIMÁRIOS

Inicialmente o processo de ocupação do espaço amazônico esteve associado as possibilidades que a região encontrou para se inserir na economia, neste caso a mundial, que ocorreu a partir das atividades extrativistas. Diferentemente das demais regiões do Brasil no qual a economia extrativista prevaleceu até o fim do período colonial, na região amazônica o domínio das atividades extrativistas, ocorreu até o final da II guerra mundial quando passam a ser incorporados ao seu processo de desenvolvimento elementos referentes a políticas regionais ligadas essencialmente ao papel do estado.

¹ Por estrutura econômica associa-se os aspectos relacionados a distribuição dos setores da economia, o trabalho e suas divisões.

² Por estrutura social entende-se as questões relacionadas a distribuição de renda e de riqueza associado a qualidade de vida da população.

A região amazônica desde o início do seu processo de formação socioespacial teve nas atividades extrativistas o elemento dinamizador de sua economia, que segundo Furtado foi o que lhe conferiu sua condição de periferia, considerando uma análise regional.

A exploração de produtos primários na Amazônia permite analisar a forma como se estabeleceu na região a relação de “centro” e “periferia” desenvolvida pela Cepal, demonstrando como se iniciou as relações que contribuíram para o atraso atual da região, onde as relações de trocas com os mercados internacionais, ou seja, os considerados “centro” do mundo capitalista, ao reter os frutos do progresso técnico exportando bens industrializados se beneficiava de suas relações com a “periferia” que exportava produtos primários, cujos preços não subiam com o aumento da demanda levando a uma deterioração das trocas com o exterior (DINIZ, 2001).

A economia de exportação de produtos primários na Amazônia pode ser dividida em dois momentos: o primeiro momento refere-se a exploração das drogas do sertão, iniciado no séc. XVII com a implantação das missões jesuíticas, com base no trabalho indígena e que permaneceu até a implantação da era Pombalina em meados do séc. XVII, quando os jesuítas foram expulsos e foi concedida liberdade aos índios, e o segundo momento quando a borracha passa a ganhar força no mercado mundial em fins do séc. XIX e meados do séc. XX, período em que Amazônia passa por um novo dinamismo com o fortalecimento das metrópoles de Belém e Manaus, e a construção de estradas de ferro responsáveis pelo melhor escoamento dos produtos na região.

Segundo Hirschman (1977, p. 12) a tese do produto primário de exportação atinge um ponto de contato com a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento, a partir da taxaço do estado e da canalização destes proventos para investimentos produtivos, os denominados “efeitos em cadeias fiscais” do produto primário de exportação.

Os efeitos de repercussão fiscal estão presentes nesse primeiro momento de estruturação da economia amazônica, cuja base era a economia primária de exportação, podendo compreender efeitos de progressão ou de regressão. Estes efeitos estão relacionados diretamente com a prontidão e habilidade dos governos nacionais em taxar. No caso da região amazônica as transações eram realizadas por produtores que possuíam íntimos laços com uma vasta rede de comerciantes e habitantes locais embasados em relações de amizade, o que impedia a submissão da atividade a taxaço severas (Hirschman, 1977, p. 14).

Neste caso, os efeitos fiscais não compreenderam mecanismos de desenvolvimento eficazes, pois, a habilidade de taxaço, que no caso da Amazônia se constituiu ínfima, não foi capaz de se combinar com a habilidade de investir produtivamente.

Dentro da realidade Amazônica, com base em Hirschman (1977, p.18-20), outras dificuldades referentes a aplica o dos efeitos fiscais podem ser verificados, um deles refere-se ao fato de que os efeitos assumidos pelo governo na região são muito mais custosos e difíceis de serem aplicados do que os assumidos pela iniciativa privada e o outro refere-se aos efeitos em cadeia prospectivos dos produtos primários de exporta o, tais como refino e transporte, que acabam sendo desenvolvidas por empresas estrangeiras distantes das áreas produtoras, o que impede a participa o dos produtores em qualquer uma das fases posteriores da cadeia do produto.

A partir das ideias de Hirschman (1977)   possível chegar a conclusão de que os produtos primários de exporta o não levaram ao desenvolvimento da região, dentro desse período histórico a partir dos seus padrões sociais e políticos, ficando a região amazônica subjugada a condi o de periferia.

“Aos países periféricos foi atribuído pelo centro capitalista, o papel de fornecedores de matérias-primas agrícolas e minerais, e a maior parte deles especializou-se em uma única ou algumas poucas linhas de produtos individuais. Existindo substantivas diferenças entre as características e os efeitos em cadeia associados aos diferentes produtos primários de exporta o, as forças produtivas que dominavam nesses países eram provavelmente mais heterog neas durante o estágio de crescimento comandado pelo setor exportador do que em qualquer outro período histórico precedente ou subsequente”
(HIRSCHMAN, 1977, p. 34)

O segundo momento compreendido pelo estabelecimento do ciclo da borracha vai permitir a região vivenciar a agrega o de novos elementos a evolu o histórica da sociedade amazônica, que vem corroborar com a constru o da sua condi o atual de desenvolvimento. Os recursos provenientes da explora o do látex vão permitir o fortalecimento das cidades de Belém e Manaus e o surgimento de uma burguesia, fruto da explora o deste produto e residente nestas cidades.

Mas diferentemente da explora o do café, que permitiu através do seu excedente o processo de industrializa o paulista, os lucros provenientes da explora o do látex não vão se constituir em mecanismos de desenvolvimento.

Primeiramente porque não conseguem responder a questão da especializa o produtiva e da substitui o de importa es, apresentada pelos Cepalinos como condi o para o desenvolvimento, pois o processo de exporta o do látex não levou a industrializa o e nem a

formação de um mercado interno consumidor, muito pelo contrário, são fortalecidos os laços com a Europa, devido ao aumento das importações.

Neste momento cria-se na elite local um conjunto de hábitos e costumes de que os produtos europeus são de qualidade superior e que consumi-los é sinal de status, o que levou a burguesia da época a elevarem as suas taxas de consumo de produtos importados, impedindo a constituição de mais um elemento definido por Prebisch (1964) necessário para o alcance do desenvolvimento, o aumento da poupança interna e a aplicação deste recurso em tecnologia e desenvolvimento social.

Podemos também apresentar como fator que impediu o desenvolvimento a partir dos lucros da exploração do látex, o comportamento individual de natureza psicológica denominado por Hirschman (1961, p. 41) de “expectativas exageradas e preferência à liquidez pessoal”, que tem como raízes a situação psicológica de uma sociedade que sente o gosto pela primeira vez do desenvolvimento econômico, visando enriquecimento pessoal que leva ao repentino e profundo abandono de especulações e meios de produção úteis em andamento, em troca de uma nova atividade.

A tecnologia implantada na região na forma de estradas de ferro, não constituiu em desenvolvimento tecnológico local, nem tão pouco, em um processo de transferência de tecnologia, mas segundo Prebisch (1964, p. 58) “formaram em geral, núcleos estrangeiros especializados na exploração de recursos naturais”.

A exploração extrativista de cunho primário exportador vai estabelecer na Amazônia um conjunto de regras de normas que vai reger as interações entre os indivíduos, denominadas por North de instituições que vão perdurar até os dias atuais.

Autores como Castro (2010) atribuem ao Mito do El Dourado o fundamento do processo de ocupação da região, no qual, nas relações do imaginário, constroem-se a relação do homem com a natureza, e, necessariamente, com os modelos utilizados para sua transformação em mercadoria, fato que permeia as ações e consegue mobilizar sonhos de conquista megalomaniacos, desde a implantação dos primeiros núcleos missionários no séc. XVII até as ações dos dias atuais.

Sérgio Buarque de Holanda (1936) em seu livro “Raízes do Brasil” apresenta como condição para o entendimento da nossa formação social, o conceito de origem Weberiana de Patrimonialismo, como um conjunto de regras e normas que passa a reger o comportamento dos indivíduos nesse momento e que vai refletir a forma como as instituições brasileiras evoluíram.

A INTEGRAÇÃO NACIONAL DA REGIÃO AMAZÔNICA E SUA INCORPORAÇÃO AS POLÍTICAS REGIONAIS

O processo de integração nacional da região amazônica vai ocorrer logo após o fim da II Guerra Mundial, tendo como foco atender aos interesses de expansão da economia nacional, dentro de uma concepção de integração econômica incluindo fenômenos complexos associados a diversas mudanças sociais.

Este processo de integração nacional que se inicia na Amazônia, ocorreu, porém ao modo dos países subdesenvolvidos conforme descrito por Myrdal (1967, p.295), sem que haja reformas na estrutura social, perpetuando o ciclo vicioso de subdesenvolvimento.

Para Becker (1998, p.11), esse período denominado de fronteira amazônica somente pode ser compreendido a partir da inserção do Brasil no capitalismo mundial, no período pós Segunda Guerra Mundial, quando o capitalismo passa a atuar no espaço global, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes importantes na produção do novo espaço.

Este período é considerado por muitos autores como o início efetivo do processo de transformação do espaço amazônico, associado ao processo de incorporação da região como manifestação da política de Soberania Nacional (Ianni, 1979; Mahar, 1978; Becker, 1998; Kohlhepp, 2002; Castro, 2005).

Esse processo compreende a fase inicial do planejamento regional (1930-1960), correspondendo à implantação do “Estado Novo” no governo de Getúlio Vargas, tendo um caráter muito mais discursivo do que ativo. Foi, porém, no governo de Juscelino Kubitschek, que surgiu a necessidade de unificar o mercado nacional, devido ao avanço da industrialização, que se efetivou com a implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília- Acre, acentuando o processo de migração para a região (BECKER, 2001).

A Amazônia vai viver neste momento o fenômeno denominando expansão do tecido urbano no Brasil, que segundo Monte-Mor (2004), tem sua origem na dinâmica territorial ao mesmo tempo concentradora e integracionista dos governos militares, em sequência as políticas centralizadoras e expansionistas do período Vargas e as ações para ocupação dos espaços interiores no período Juscelinista. As obras de infraestrutura e transporte traduziram-se nos anos de 1970, em infraestrutura tais como rodovias, hidrelétricas, comunicações, serviços financeiros entre outros.

Sendo assim, a região amazônica passou por um processo de urbanização sem o desenvolvimento efetivo do processo de industrialização, condição necessária na teoria do subdesenvolvimento Cepalina para o alcance do desenvolvimento.

O processo migratório que se estabeleceu neste momento impôs à região uma nova realidade, pelo embate cultural que se estabeleceu na região, quando culturas, hábitos e costumes diferenciados passaram a ter que conviver em um mesmo espaço. Novas relações se estabeleceram quando lógicas atuais se confrontaram com as realidades existentes.

Neste momento inicia-se o estabelecimento de uma série de planos e órgãos governamentais que viabilizassem o processo de expansão da fronteira econômica como mecanismo de integração nacional. Estas mudanças associadas ao desenvolvimento econômico, segundo Myrdal (1967) aconteceram sem que ocorressem todas as demais mudanças de integração, fato característico apontado pelo autor da integração nacional nos países subdesenvolvidos.

A criação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), em 1953, veio reafirmar o processo de formação das frentes pioneiras na Amazônia, criando metas de promoção do desenvolvimento agropecuário e de integração da Amazônia as demais regiões do país. Sua proposta inicial propunha o modelo Cepalino, que visava industrializar sem se embasar nas elites locais, trazendo empresários com características mais burguesas. Sua implantação, porém, acabou não rendendo os frutos necessários pela ineficiência da administração pública em gerir tal plano, fato denominado por Myrdal (1967) como “Problema da administração”.

A partir do golpe de 1964, a ocupação da Amazônia torna-se prioridade máxima dentro do projeto do governo militar de modernização nacional e consolidação da soberania nacional, acelerando uma radical estruturação do país, que inclui a redistribuição territorial de investimento de mão de obra sobre forte controle social (Becker, 1998).

Neste momento, a Amazônia surgiu como forma de resolver problemas de ordem econômica e geopolítica tanto interna quanto externamente (Becker, 1998). No plano interno, suas terras foram vistas como a possibilidade de promover a solução das tensões sociais do nordeste brasileiro após a grande seca de 1970, assim como a alternativa para a reforma agrária brasileira (Ianni, 1979; Kohlhepp, 1992; Becker, 1998; Santos, 2007).

A reforma Agrária compreende como uma das principais reformas que devem ocorrer para o alcance do desenvolvimento por parte dos países subdesenvolvidos, embasados na agricultura, tanto na teoria de Myrdal (1967) quanto na teoria Cepalina, com foco em Celso Furtado.

Segundo Ianni (1979, p. 131) o reforma agrária no Brasil nunca ocorreu, “ela foi encaminhada como forma de evitar ou controlar as tensões sociais e destruir ou submeter, as eventuais bases de algum movimento revolucionário de cunho rural, no qual pudessem aliar-se camponeses e operários do campo e da cidade”.

A apropriação das terras na Amazônia ocorreu por agentes privados e pelo Estado, a iniciativa de povoamento de colonização particular, priorizou os fazendeiros individuais, colonos e pequenos produtores agrícolas capitalizados. A apropriação por parte do estado ocorreu pela colonização oficial, através dos projetos de colonização dirigida; os PAD's (Programas de Assentamento Dirigido) e PIC's (Programas Integrados de Colonização), pela colonização espontânea e pelas empresas privadas em *Joint Ventures* (Becker, 1998, p. 25). Essa proposta de Reforma Agrária implantada na Amazônia não suprimiu as rígidas estruturas de classe da região apresentando as condições denominadas por Myrdal (1967, p. 318) como desastrosas para o processo:

“Entre os marcos da estrutura agrária que têm os efeitos mais desastrosos figura a dimensão antieconômica das propriedades; a defeituosa distribuição da terra, com a concentração de latifúndios insuficientemente explorados, enquanto grande parte da população rural carece de terras; a fragmentação das parcelas; as rendas elevadas; a insegurança da posse, característica de muitos sistemas de posse da terra; as dívidas e a falta de adequadas facilidades de crédito para o pequeno agricultor; a ausência de um título fixo de propriedade e a insuficiência de água; as economias de plantações que oferecem baixos salários e nenhuma participação na direção, aos cultivadores; as políticas fiscais que impõem cargas indevidas aos pequenos agricultores e aos trabalhadores rurais; e, em geral, uma deficiente série de incentivos para o aumento constante da produção agrícola” (Myrdal, 1967, p. 318).

Nem, tão pouco, realizou as três condições primordiais, indicadas por Prebisch (1964, p. 52), necessárias para o alcance da mudança na dinâmica da sociedade. Primeiramente não permitiu a realização de uma mudança estrutural que permitisse aproveitar intensamente o potencial de poupança que promovesse mobilidade social, com importantes consequências econômicas, sociais e políticas, em segundo lugar não satisfaz a procura de uma população que cresce rapidamente e tem que melhorar sua dieta e por último não permitiu elevar os níveis de vida das massas rurais.

Órgãos governamentais de financiamento e gerenciamento foram criados nesse momento tais como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) assim como, a criação de

programas de integração como o PIN I e o PIN II (Programa de Integração Nacional) e os pólos de desenvolvimento como o POLOAMAZÔNIA (Programas de Pólos de Desenvolvimento Agropecuários e Agrominerais na Amazônia), tudo concentrado entre meados da década de 1960 e 1970.

Os planos aplicados neste momento ocorreram sem planejamento e tiveram assim muito pouco sentido, compreenderam um conjunto de elementos de ação prática e seguiram uma construção sem passar por todos os níveis responsáveis pela administração, sendo assim, segundo Prebisch (1964, p. 75) não conseguiram alcançar o seu objetivo principal, que era promover o desenvolvimento a partir da integração nacional.

As ações do governo na região na década de 1980 resultaram em redução de despesas públicas, sendo assim, os recursos foram concentrados em poucas e selecionadas áreas com o intuito de fomentar as exportações na região. O Programa Grande Carajás e o Projeto Calha Norte representam essa nova realidade do país e exprimem a forma como o governo remodelou suas ações sobre a Amazônia (Prates, 2008).

Além dos projetos mencionados para a década de 1980, temos ainda a implantação, em 1982, do POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), implantado em Rondônia e no norte do Mato Grosso, que teve como intuito absorver contingentes populacionais de mão de obra, por meio de melhoria de infraestrutura, aumento de produtividade agrícola e da geração de renda das atividades agropecuárias através de financiamentos concedidos pelo Banco Mundial (Santos, 2007).

Todas as ações realizadas, seja na forma de planos de desenvolvimento ou na criação de órgãos governamentais, estão impregnadas pela condição ineficaz, mal preparada, incompetente e frequentemente corrompida do estado, apontada por Myrdal (1967) como condição característica dos estados dos países subdesenvolvidos.

Todas estas transformações não foram acompanhadas por um processo complexo de reforma social, apontadas por Myrdal (1967) como primordiais para o alcance do desenvolvimento. O ideal de integração econômica ocorreu sem reformas de distribuição de riquezas, o Estado Benfeitor não adotou medidas enérgicas para nivelar as diferenças de renda e riqueza e suas atitudes não levaram a mudanças nas instituições e normas da sociedade, não ocorreram reformas no sistema de saúde e educação, sendo assim todo o processo somente contribuiu para a continuidade do ciclo vicioso que mantém a região na condição de subdesenvolvimento (Myrdal, 1967).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS PARA A AMAZÔNIA

A partir do ano de 1985, dois novos processos se estabelecem na região amazônica, um representando as verticalidades, de cunho exógeno, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no Território, e outro representando as horizontalidades, o modelo endógeno, com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, simbolizando a resistência das populações à expropriação da terra (Becker, 2001).

A região vai compreender neste momento projetos ambientais desenvolvidos com a cooperação internacional, segundo Becker (2007, p. 30), destacam-se três grandes tipos:

- I. Os clássicos projetos bilaterais de cooperação internacional;
- II. Os grandes projetos ambientais, com vários aliados, que incluem o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7) em cooperação com a União Européia e com o Banco Mundial, o LBA (Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment in the Amazon), cujo grande parceiro é a NASA, o PROBEM (Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade da Amazônia), que envolve uma série de laboratórios, além de empresas para o desenvolvimento de biotecnologias e o projeto SIPAM/SIVAM, proteção e vigilância da Amazônia, baseado em uma tecnologia moderna e utilizado contra a intervenção territorial externa em nome da droga e do meio ambiente;
- III. As parcerias que vinculam o local ao global, e que ocorrem graças às redes de telecomunicações, viabilizando o apoio de parceiros externos.

O Programa Piloto Internacional para a conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7) foi criado por iniciativa do governo Alemão, na reunião de cúpula dos países do G-7 em Houston, no ano de 1990 (Kohlhepp, 1992; Becker, 2001).

Estas intervenções internacionais nas políticas da Amazônia principalmente nas relacionadas à questão ambiental, apesar de promoverem movimentos verticais na forma de movimentos sociais, não representaram uma transferência efetiva de tecnologia para a região, mas, compreenderam sobretudo, ações visando a preservação dos recursos naturais. As ações presentes desde o início do período colonial continuam a atuar neste momento apesar dos atores envolvidos serem diferentes, pois o círculo vicioso não foi quebrado e as organizações que tiveram como base as instituições do passado continuam a atuar.

Novamente a partir do ano de 1996 se retoma o modelo exógeno de crescimento da região com a implantação do Programa Brasil em Ação, no qual o Governo Federal, através do

Ministério do Planejamento e do Orçamento, retoma o planejamento econômico e territorial no país (Becker, 2001, p.149).

A efetivação do planejamento ocorreu com o Programa Avança Brasil (PAB) e teve sua execução no período de 2000 a 2003, cuja complementação ocorreu até o ano de 2007. Segundo Becker (2001), esse planejamento foi um componente principal para os cenários de curto prazo para a Amazônia e constitui a estratégia decisiva para o desenvolvimento regional.

As motivações básicas do PAB foram: a) estimular e assegurar as exportações nacionais, ampliando-as para o hemisfério Norte; b) estreitar as relações com os países Sul-americanos, visando a consolidação do MERCOSUL em toda a América do Sul (Becker, 2001).

A componente central do PAB é a estratégia territorial e visava à intensificação da fluidez do território, pautada em uma logística complexa e em áreas prioritárias, incluía não apenas redes de circulação e comunicação, como de energia e seus pontos de suporte, mas também sistemas multimodais de transporte e comunicações, visando ao aumento da sua velocidade e eficiência.

Os principais instrumentos do PAB são: o Plano Plurianual de Investimento (PPA), que expressa a estratégia federal e define as áreas prioritárias para alocação dos recursos orçamentários da União e os Eixos de Integração e Desenvolvimento (ENIDS) (Becker, 2001). Todas estas ações foram substituídas por uma nova ação de desenvolvimento no Brasil, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implantado no ano de 2007 com previsão de investimento até o ano de 2010.

CONCLUSÕES

O processo de formação socioespacial da Amazônia ao longo do seu processo histórico nos permite afirmar que apesar de todo o esforço da aplicação de políticas e planos de desenvolvimento na tentativa de vencer o subdesenvolvimento da região, esta condição nunca foi alcançada. Muito destes fatores estão atrelados aos círculos viciosos de efeito cumulativo que se implantaram na região, responsáveis pelo fracasso das ações, mesmo constituindo-se a partir de novos atores, pois não possibilitaram mudanças estruturais profundas.

Muitas das políticas e ações implantadas com o intuito de vencer a condição de periferia ocorreram, porém, tomaram caminhos diferentes dos que deveriam ter sido percorridos na busca do desenvolvimento.

Outro papel importante a ser considerado é o papel das instituições, denominadas como conjunto de regras e normas sejam elas, formais ou informais, como agente de perpetuação da característica de subdesenvolvimento da sociedade. Assim como o papel das ideologias, seja

no comportamento de governantes, de grupos de interesse ou de agentes do judiciário, para o entendimento da perpetuação do arcabouço teórico da sociedade amazônica.

Sendo assim, o estágio atual de desenvolvimento da Amazônia, reflete seu processo histórico de formação socioespacial e em nada se difere das condições iniciais que lhe conferiam uma condição de exportadora de matéria prima. A diferença para a atualidade está somente nos atores envolvidos e na forma de arranjo dos mesmos, pois os elementos responsáveis pelo processo em seu estágio inicial continuam agindo dentro das mesmas ideologias e instituições, mas com novas roupagens.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. AMAZÔNIA. São Paulo: Editora Ática, 1998. p.112.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v.12, n.1, p.135-159, set. 2001.

_____. In Santos, M.; Becker, K. B. (Org). *A Amazônia e a política ambiental brasileira*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40.

BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M.; (Org). *Amazônia: Região Universal e Teatro Mundial*. São Paulo: Editora Globo, 2010. 1º Ed.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos cadernos do NAEA*, Belém, v.08, n.2, p.05-40, 2005.

DINIZ, C. C. A Questão regional e as políticas governamentais no Brasil. *Texto para Discussão nº 159*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 34 ed.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. *Revista Brasileira de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n.9, p. 89-105, abril-junho 2003,

HIRSCHMAN, A .O. *A Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Ed. Fundo de Cultura, 1961. p. 13-82 e 273-301.

_____. *Desenvolvimento por efeitos em cadeia: Uma Abordagem Generalizada*. Texto original de 1977. Disponível em: http://cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/desenvolvimento_por_efeitos_em_cadeia.pdf

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, várias edições. 1936.

IANNI, O. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, 137p

KOHLHEPP, G. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 06, n. 16, p. 81-102, 1992

_____. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

MAHAR, D.J. Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. 259p

MYRDAL, G. *Perspectivas de uma Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1967. p. 23-98 e 295-383.

MONTE-MOR, R. L. Urbanização e modernização na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). *Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004. P. 112-122.

NORTH, D. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Fondo de Cultura Económica. México, 1993.

PRATES, R. C. *O desmatamento desigual na Amazônia brasileira: sua evolução, suas causas e conseqüências sobre o bem estar*. 2008. Tese (doutorado) – Doutorado em Ciências/Economia Aplicada – Universidade de São Paulo, Piracicaba – SP

PREBISCH, R. *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*. São Paulo: Ed. Fundo de Cultura, 1964. p. 9-82.

SANTOS, C. *A Fronteira do Guaporé*. Porto Velho: Edufro, 2007.